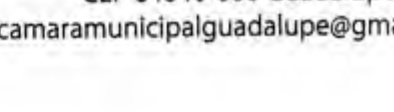
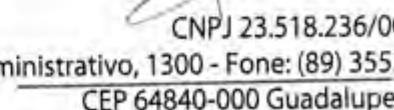

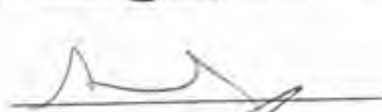
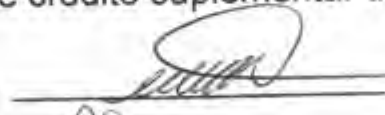
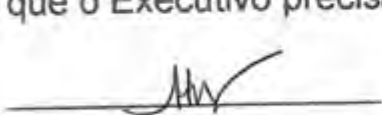




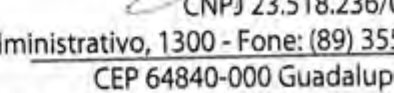
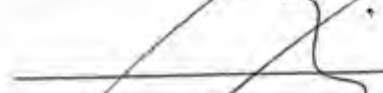
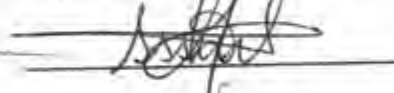
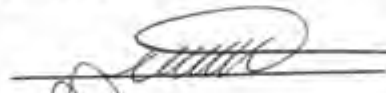
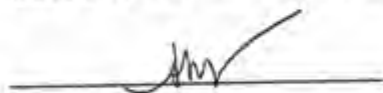
## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUADALUPE – ESTADO DO PIAUÍ

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de Novembro do ano 2.010 (dois mil e dez), nesta cidade de Guadalupe, no Palácio Legislativo Vereador Georgiano Fernandes Lima, no Plenário Vereador Everton Rodrigues dos Santos, reuniram-se os senhores vereadores: José Lourenço Mousinho Mota – Presidente, Adcárliton Rodrigues da Silva "AD" – 1º (primeiro) Vice-Presidente na Lúcia Policarpo da Cruz Gomes – 1ª (primeira) Secretária, Pedro Mariano Neto Fernandes "Pierre" – 2º (segundo) Vice-Presidente, Edivan Pereira de Miranda – 2º (segundo) Secretário, Amadeu Luiz Pereira Júnior, Jesse James Lima Miranda e Surama Santana de Sousa Martins. Não compareceu o senhor Vereador João Ricardo Lima da Costa. O **Presidente Zé Mota**, em nome de Deus, declarou aberta a presente Sessão. Ressalta que o assunto dessa Sessão será o Orçamento e foi convidada a pedido dos Vereadores sobre o orçamento de 2011 para evitar o que aconteceu o ano passado. Então falei com o Prefeito e ele falou com a dona Conceição e ela veio atender. Então neste momento gostaria de deixar os Vereadores a vontade e a plateia presente, pois estamos fazendo um orçamento participativo, vamos fazer as emendas e vocês presentes podem escolher qualquer um Vereador amigo que tenha algum projeto que seja feito alguma emenda no orçamento. Nós não podemos ultrapassar o limite do que está aqui no orçamento, pois podemos mudar e colocar para outro, esperamos ideias boas, pois quanto mais gente melhor. Quero deixar todo o pessoal a vontade, para tirar as dúvidas com a doutora Conceição para que na próxima reunião eu quero colocar esse orçamento em votação. Foi tirado cópias para cada vereador e foi distribuído, então está aí à vontade. Convida a doutora Conceição para tirar as dúvidas dos nobres Vereadores. Justifica a ausência do Vereador João Ricardo. Convida o Prefeito para mensagem de abertura. O **Prefeito Wallem Mousinho** ressalta a presença dos participantes, a importância do Orçamento, a busca por recursos, a quantidade de projetos e de dívidas e as conquistas conseguidas em todas as áreas. A **Contadora da Prefeitura Dra. Conceição** apresenta o Orçamento e destaca que não apresentou o relatório do primeiro semestre devido às eleições, inicia fazendo uma breve uma expla-

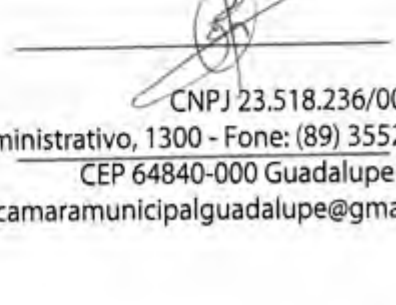
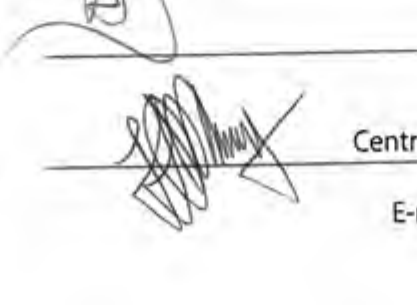
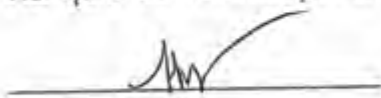
nação. Destaca a legalidade do orçamento. Explica o orçamento, PPA e LDO. O **Vereador Amadeu Júnior** questiona sobre o artigo dez da LOA, perguntando se os cinquenta por cento é sobre a receita que está prevista no valor de vinte e oito milhões setecentos e quarenta e sete mil ou será na arrecadação de fato até o dia trinta e um de dezembro. A **Contadora da Prefeitura Dra. Conceição** explica que os cinquenta por cento é sobre a receita que consta no Orçamento. O **Vereador Amadeu Júnior** destaca que supondo que a Câmara Municipal aprove o artigo dez dessa Lei admitindo o crédito suplementar de cinquenta por cento e ao final do ano o Município só arrecade doze milhões ou treze milhões, automaticamente essa autorização que seria de cinquenta por cento passaria para mais de cem por cento. A **Contadora da Prefeitura Dra. Conceição** explica como é que o Tribunal analisa e destaca que o Prefeito tem para gastar que é a disponibilidade de caixa. Ressalta os recursos dos Convênios. Destaca que a lei não determine um limite para o crédito suplementar. A **Vereadora Surama** lembra a emenda do Vereador Edivan ao Orçamento de dois mil e dez reduzindo essa porcentagem de cinquenta por cento para vinte por cento e foi aprovado por unanimidade. Pergunta se a Prefeitura teria que pedir a autorização legislativa dessa Casa para crédito suplementar, pois foi colocado com expressa autorização legislativa. Destaca que a lei que votada por essa Casa não está sendo respeitada. Cita os créditos suplementares de maio, junho e julho deste ano que juntos somam um milhão setecentos e cinquenta e nove mil e cem reais. Questiona, pois os Vereadores só tomam conhecimento dos créditos suplementares pelo Diário dos Municípios. Reclama que não tem a cópia da Lei na Câmara e se realmente ela está vigente. Pergunta se o Executivo pode pedir crédito suplementar se o nosso conhecimento e consentimento. Reclama que logo em janeiro a Prefeitura pede crédito suplementar, onde tem uma Lei aprovada com esse poder. Crê que todos nós queremos o bem para o nosso Município e acredita que muitos têm essa dúvida que está questionando. A **Contadora da Prefeitura Dra. Conceição** explica que a Lei quatro mil trezentos e vinte de sessenta e quatro no artigo diz que a LOA deverá conter limite para a abertura de créditos suplementares que são abertos por decreto conforme autorização na LOA. Ressalta que se tiver uma lei que a cada vez que o Executivo precisar de crédito suplementar tiver que pedir ao Legislativo



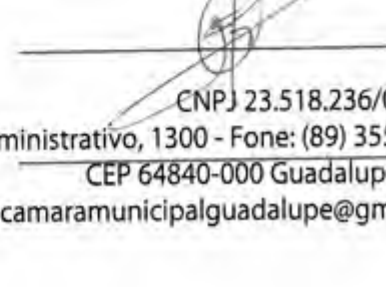
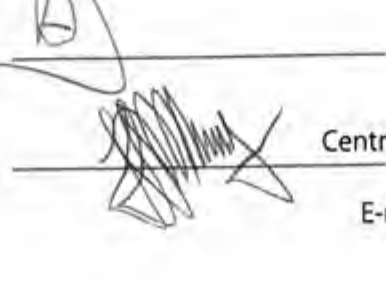

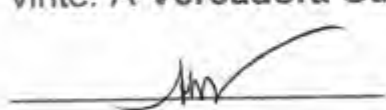
essa lei está ferindo a Constituição. Destaca que a função da gente é meramente técnica. Destaca que o que o Executivo tem que solicitar a cada demanda são os créditos especiais, pois esses requerem lei específica, e os suplementares não podem ter lei específica. Ressalta que nenhuma Câmara pode alterar a lei federal e que não se pode definir que créditos suplementares tenha que pedir individualmente. Lembra o caso do Fórum que foi pedido crédito especial individualmente. Cita que crédito suplementar é matéria da LOA, crédito especial por lei específica e crédito extraordinário é definido por estado de calamidade pública. Explica a codificação do Orçamento. A **Vereadora Lúcia** agradece a contadora doutora Conceição e ao Prefeito Wallem por ter dado esses esclarecimentos, mas fiquei um pouco frustrada porque a nós Vereadores teria que detalhar muito mais. Declara que estamos felizes, creio eu, porque na hora de fazer o Orçamento nos contemplou porque nos ouviu a respeito de nossas reivindicações, nossas emendas e nossos pedidos desta Casa, mas fiquei frustrada, senhor Prefeito, por não ter sido ouvida numa emenda colocada na LDO desse ano. Gostaria só de pedir a senhora Conceição e até peço desculpas antecipado se não conseguir identificar, mas pelo que li hoje e a senhora colocou ai não existe, não foi colocada a minha emenda a respeito do plano de cargos e salários dos funcionários municipais da Prefeitura de Guadalupe, então já fiz esse pedido, pela segunda vez, pedindo durante o ano de dois mil e nove, eu fiz uma emenda solicitando a implantação da insalubridade para os funcionários da Saúde, tendo em vista o cumprimento da prerrogativa da lei. No ano seguinte, quando a minha cobrança do Prefeito e ele disse que estava sendo montado o plano de carreira e salários dos funcionários da Prefeitura Municipal de Guadalupe. Então fiz novamente a emenda para o orçamento de 2010, todas as emendas foram ouvidas, só a minha não, então fiquei bastante frustrada e gostaria de uma explicação dos senhores. O **Prefeito Wallem** diz que o senhor Petrônio está encarregado de montar o plano de cargos e salários e na manutenção de despesa de pessoal de cada Secretaria vai ser enquadrado. Explica como está sendo montado o plano e o organograma por função. A **Contadora Dra. Conceição** explica que essa é uma ação prática. O **Presidente Zé Mota** destaca que o plano de saúde não está no Orçamento de dois mil e onze e estou entrando com uma emenda de duzentos e noventa e quatro mil que



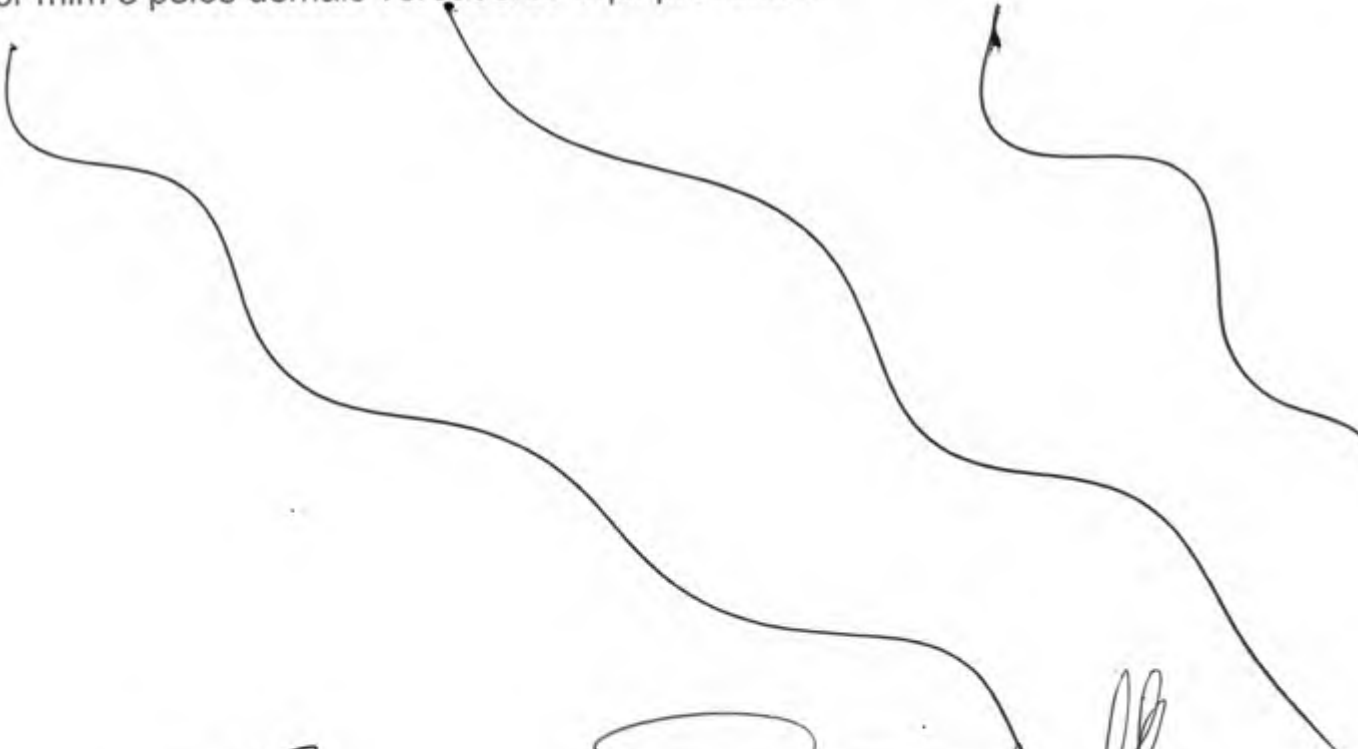
vou tirar dentro do Orçamento que vou remanejar. Pergunta se vai ter que tirar esse dinheiro de cada órgão. Lembra que na Câmara fez o plano de saúde para todos eles. A **Contadora Dra. Conceição** explica que vai ter a folha e um serviço a mais que vai ter obedecer a lei de licitações. Na Câmara foi abaixo de oito mil não precisa de licitação, mas tem que fazer o processo de dispensa. O **Presidente Zé Mota** pergunta se não vai poder entra com a emenda? A **Contadora Dra. Conceição** explica sobre o valor na licitação. O **Presidente Zé Mota** fala sobre a dúvida que ficou até o final, o valor do orçamento com o que vai ser gasto. Então chegamos a esse ponto que o Orçamento que está lá não quer dizer que vai receber aquele horror de dinheiro não, seria bom que fosse, pois se recebesse daria para cumprir todas as metas. Eu dizia que deveria fazer um orçamento mais enxuto, todos aqui ouviram, mas ouvindo os contadores que a Câmara apenas aprova e ela vai cumprir o seu papel, fiscalizar aquilo que foi aprovado e depois que ele me disse isso abriu a cabeça. Se eu estou com o orçamento em mãos e ele manda a primeira prestação de contas após sessenta dias e fica todos os meses mandando. Então está aí para nós todos os meses olhar. Vou votar no orçamento de vinte e oito e vou fiscalizar. O **Vereador AD** diz que a nossa preocupação é que na semana que vem vai ser colocado o orçamento em votação e essa reunião está sendo muito importante para esclarecer muitas coisas e o ponto que eu quero falar é muito polêmico e já serviu de instrumento na votação do Orçamento passado para muita divergência aqui dentro e é de suma importância se a senhora Conceição pudesse esclarecer aqui. Primeiro quero esclarecer para os ouvintes que essas cifras de milhões que vocês estão ouvindo aqui é só uma previsão, mas como foi polêmica e deu um trabalho para o orçamento ser aprovado aqui, principalmente por causa dessa polêmica aqui. Aqui recebemos um relatório do Tribunal onde ele diz, a Lei Orçamentária Municipal estimou receita e fixou despesa em vinte e seis milhões duzentos e oito mil quinhentos e dez reais e vinte e seis centavos, apresentando uma situação de equilíbrio, o referido diploma legal atendeu, dentre outros, os princípios da unidade, universalidade orçamentária, uma vez que consolida o orçamento de todos os órgãos, unidades e fundos que compõem a estrutura do poder público municipal. Logo mais abaixo a diretoria que se reuniu para fazer o relatório diz: não ficou evidente, para esta dire-



toria, o motivo de elevada previsão orçamentária, para o exercício em análise na ordem de vinte e seis milhões, uma vez que a receita arrecadada neste exercício atingiu apenas catorze milhões. Então essa polêmica nos deu um trabalho e essa reunião, eu estava dizendo para o Presidente Zé Mota, que na próxima semana não vai ter uma reunião calminha com está agora aqui não, mas com certeza, vai haver divergência e vai haver diferenças a respeito do orçamento e como a senhora Conceição está aqui e se ela puder esclarecer essa parte para os colegas, porque isso aqui é uma previsão, desde o orçamento passado eu compreendi isso, mas como foi um ponto polêmico, eu gostaria que a senhora pudesse deixar bem claro, porque como serviu de base para várias indagações na votação do Orçamento passado, novamente cai servir, porque na sessão passada já falaram a diferença de valores entre o real arrecadado e o orçado. A **Contadora Dra. Conceição** apresenta a defesa ao TCE e faz as explicações pedidas. O **Vereador AD** esclarece que a dúvida não é sua, mas como foi polêmica gerada e como falaram na sessão passada e aproveitando que a senhora está aqui para esclarecer, acredito que agora ficou Às claras, se não, aproveitando que a senhora Conceição ainda está aqui, ela deu as dicas de onde olhar, onde procurar e espero que se resolva essa causa. Então senhor Presidente eu quero desde já antecipar o meu voto que vou votar favorável mais uma vez, porque entendo que é necessário. A **Vereadora Surama** ressalta que a sua primeira pergunta a senhora, em relação a emenda ao projeto de lei do Vereador Edivan, no meu entendimento, a senhora falou que é como se a Câmara tivesse feito algo inconstitucional. Nós não poderíamos ter aprovado algo que o Executivo, que é o atual Prefeito Wallem Mousinho, só poderia tirar vinte por cento em créditos suplementares do valor do Orçamento. Só que o atual Prefeito convocou uma extraordinária, eu quero que você tire essa dúvida, modificando essa emenda ao esse projeto de lei, pedindo autorização a essa Casa para aumentar esse índice que fosse para trinta e cinco por cento, com data retroativa. Aí eu pergunto: se o Prefeito não necessita da autorização dessa Casa para pedir esses créditos suplementares, então por que ele manda esse projeto com data retroativa pedindo quinze por cento a mais? A **Contadora Dra. Conceição** faz às explicações pedidas, citando a lei quatro mil trezentos e vinte. A **Vereadora Surama** fala que esses quinze por cento que foi aprova-



do vieram três justificativas: manutenção do SAMU, manutenção da fábrica de gelo e a compra dos três ônibus, sendo um com contrapartida e minha dúvida, quando foi na demonstração teve um valor de setecentos mil reais para compra de ônibus e esses quinze por cento não já é para compra desses ônibus e ai dentro do Orçamento já tem um valor de setecentos mil. Eu quero só tirar essa dúvida, pois se vocês usarem os quinze por cento, aqueles setecentos mil podem ser remanejados para outra função. Pergunta ao Prefeito sobre o crédito suplementar de construção, ampliação, adaptação e reforma de escolas para o ensino fundamental, eu pergunto: foi construída alguma escola para o ensino fundamental? Como é que vou entender isso aqui, no valor de cento e quarenta mil. O **Prefeito Wallem** responde sobre o levantamento sobre as adaptações nas escolas. Presta outras explicações e pede a votação do projeto de lei sobre as ruas do Centro. Sem mais nada a tratar, o **Presidente Zé Mota**, em nome de Deus, declarou encerrada a presente Sessão. Eu, **Ana Lúcia Policarpo da Cruz Gomes**, 1ª (primeira) Secretária, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais vereadores aqui presentes.



\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

CNPJ 23.518.236/0001-10  
Centro Administrativo, 1300 - Fone: (89) 3552-1264  
CEP 64840-000 Guadalupe - Piauí  
E-mail: camaramunicipalguadalupe@gmail.com